



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639200 - SP (2021/0005641-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAELA COMUNALE ALEIXO - SP307975
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL MORENO DONATO FERES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL MORENO DONATO FERES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução Penal n. 0003037-65.2020.8.26.0509).

O paciente cumpre pena em regime fechado.

A impetrante sustenta que o paciente não é reincidente específico em crime hediondo, razão pela qual deve ser retificado o atestado de pena para constar a exigência do cumprimento de 40% (2/5) da sanção para progressão de regime, nos termos da Lei n. 13.964/2019, que alterou a redação do art. 112, inciso V, da Lei de Execução Penal.

Requer, liminarmente, que seja aplicada ao paciente a exigência do cumprimento de 40% da reprimenda para promoção de regime prisional. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente